

INCLUSÃO DE PESSOAS COM AUTISMO NA ESCOLA: ENFRENTAMENTOS E ESTRATÉGIAS

SILVANIA PEREIRA SILVA¹

RENATA PEREIRA DA SILVA

ELI CONCEIÇÃO BARRA

RESUMO: A presente pesquisa busca analisar a inclusão de pessoas com autismo na escola, a partir dos enfrentamentos e estratégias possíveis para essa ação. Assim, intentou-se através da pesquisa qualitativa e análise de textos teóricos que se pautem no objetivo desse texto para melhor compreensão, considerar três pontos: o papel do professor no processo de inclusão de alunos com autismo; a educação inclusiva e as políticas públicas e as estratégias de inclusão que foram possíveis perceber ao longo da pesquisa. Para figurar esse estudo, buscou-se as considerações de PASIAN, MENDES E CIA (2016), que reflete sobre a formação do professor na educação especial e de que modo este colabora com o processo inclusivo. BATTISTI E HECK (2015) que tensiona o lugar da inclusão de pessoas com deficiência na escola e a necessidade da colaboração familiar, médica e externa ao próprio professor. FINK (2018), que reflete sobre sua experiência no campo da educação inclusiva de pessoas com autismo, falando sobre sua experiência com alunos autistas. Além desses teóricos básicos, também se faz presente nesse estudo a compreensão da Lei de Diretriz e Base (LDB), LEI Nº 9394/96, que explica quais as obrigatoriedades da educação especial e inclusiva no Brasil.

Palavras-chave: Educação especial. Autismo. Inclusão escolar.

ABSTRACT: This research seeks to analyze the inclusion of people with autism in school, based on the possible confrontations and strategies for this action. Thus, it was intended, through qualitative research and analysis of theoretical texts that are based on the objective of this text for a better understanding, to consider three points: the teacher's role in the inclusion process of students with autism; inclusive education and public policies and inclusion strategies that were possible to perceive throughout the research. To figure this study, we sought the considerations of PASIAN, MENDES AND CIA (2016), who reflect on teacher training in special education and how it collaborates with the inclusive process. BATTISTI AND HECK (2015), which stresses the place of inclusion of people with disabilities in school and the need for family, medical and external collaboration to the teacher. FINK (2018), who reflects on his experience in the field of inclusive education for people with autism, talking about his experience with autistic students. In addition to these basic theorists, this study also includes the understanding of the Law of Guidelines and Base (LDB), LAW No. 9394/96, which explains the obligations of special and inclusive education in Brazil.

Keywords: Special education. Autism. School inclusion.

¹ Graduandas de Letras Vernáculas pela Faculdade Ages, Campus Senhor do Bonfim-Ba. renataaraujo1329@gmail.com, silvanciasilva29@hotmail.com, elybarra1974@gmail.com

2.1. INTRODUÇÃO

O presente estudo, intitulado “Inclusão de pessoas com autismo na escola: enfrentamentos e estratégias”, propõe uma reflexão sobre a inclusão de pessoas com Espectro Autista (TEA) na escola, apontando os enfrentamentos e possíveis estratégias, portanto este estudo foi dividido em três principais eixos: a) o papel do professor frente a essa discussão; b) a educação inclusiva e as políticas públicas enquanto suporte necessário para a inclusão; c) possíveis estratégias para que a democratização do ensino e inclusão de pessoas com TEA.

Pensar a inclusão de pessoas com deficiência no âmbito escolar sempre foi um dos maiores desafios do sistema de educação brasileiro. Por muitos séculos, as pessoas que apresentavam sintomas de deficiências neurológicas ou físicas, foram vetadas do seu direito de experimentar o ensino e a aprendizagem de modo coletivo, mas essa situação começa a mudar depois dos anos 1990, com a formulação das primeiras Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB's), em 1961, após o fim da ditadura militar no Brasil, promulgada no governo de Getúlio Vargas, que visava uma democratização do ensino.

Ainda que em 1961 já tenha sido formulado a primeira Lei para a educação especial e a inclusão de pessoas com deficiência, a discussão começa a ganhar mais espaço e se torna mais intensamente pauta de debate a partir dos anos 2000. A última LDB para educação especial é datada de 1996, sofrendo alterações, adequações para melhorias de 2001 até 2015.

Apesar de a Lei ter buscado estabelecer um ensino democrático, enquanto direito de todos, ainda nos tempos atuais há uma resistência por parte dos professores não especializados em educação especial e das escolas quanto a diversificação dos discentes, gerando muitas vezes um ensino com profissionais desqualificados e um espaço não especializado para a recepção dos alunos com deficiência.

Assim, pensar os enfrentamentos é compreender que embora a lei tenha sido promulgada há mais de 60 anos, ainda há resistência e incoerências na prática da educação inclusiva, tanto por parte do sistema educacional, quanto na formação e especialização de professores para lidar com a diversidade e especialidades dos alunos.

Para guiar este estudo, embaso as considerações de PASIAN, MENDES E CIA (2016), para refletir sobre a formação do professor no atendimento especializado, tendo em vista a necessidade de compreender a importância do treinamento pedagógico para professores que trabalham com o ensino especializado. Nessa perspectiva, e para entender que um dos passos

² Faculdade Ages Senhor do Bonfim-BA ÂNIMA EDUCAÇÃO

para a inclusão de pessoas com deficiência se dá não só no treinamento de professores, mas também na contratação de profissionais da área da educação especial e na estruturação de um espaço também especializado, que por lei, deveriam estar em pleno funcionamento nos espaços escolares, sendo eles públicos ou privados.

Conforme BATTISTI E HECK (2015), que caminham de acordo com o objetivo desse texto, pensando a inclusão de pessoas com TEA na escola. A pesquisa se detém da compreensão do Autismo e da necessidade de haver envolvimento não só escolar, mas da comunidade e da família, para que haja permanência e garantia do acesso para pessoas com autismo. Além disso, pensa a importância das adaptações no currículo, enquanto necessárias para um melhor desenvolvimento educacional, possibilitando a reavaliação do comportamento dos professores, a adaptação do espaço escolar e sua contribuição à vida do indivíduo com autismo.

Compõe também a biografia do presente estudo, FINK (2018) para pensar possíveis estratégias de inclusão de pessoas autistas na educação escolar e para que se possa compreender, de modo mais restrito, quais os enfrentamentos necessários para melhoria da educação para pessoas com TEA. A pesquisa se pauta em entrevistas e acompanhamentos com alunos autistas, para analisar as dificuldades e pensar soluções para que o cotidiano escolar esteja mais atento as necessidades de cada indivíduo.

Tendo em vista o objeto de estudo desse texto, é necessário a compreensão do que se trata o transtorno de Espectro Autista (TEA). Refere-se a uma falha biológica no sistema neurológico que afeta, sobretudo, o desenvolvimento do controle motor e a sensibilidade do indivíduo quanto as interações sociais. A dificuldade de atenção e de comunicação é também um dos sintomas mais recorrentes. É possível perceber os sinais logo nos primeiros meses de vida, o que facilita a intervenção médica para melhorar o desenvolvimento da criança e consequentemente do adulto com TEA.

Logo no primeiro ano de vida, pode-se perceber como sinais comuns perder as habilidades já adquiridas, não se ater a sons, ruídos e vozes no ambiente, não apresentar sorriso social, não aceitar o toque e etc. Sintomas estes que, quando não tratados podem dificultar qualquer interação futura com o indivíduo, não só na sua relação familiar, mas no social como um todo.

De acordo com o DSM-IV-TR, o Transtorno Autista (TA) se caracteriza por um quadro clínico em que prevalecem prejuízos na interação social, nos comportamentos não verbais (como contato visual, postura e expressão facial) e na comunicação (verbal e não verbal), podendo existir atraso ou mesmo ausência da linguagem. Pode haver, também, ecolalia e uso de linguagem estereotipada. (KHOURY, 2014, P. 9).

É preciso levar em consideração que os sintomas podem ser diferentes de acordo com cada pessoa e idade, devido a variação dos graus, partindo de um grau mais leve para um mais grave, por isso não há um modo geral de lidar com pessoas com Autismo, mas modos de perceber e compreender como cada um se desenvolve.

Dentro do espectro do autismo pode haver vários níveis de desenvoltura com as linguagens verbal e visual, variando de pessoas com vocabulário e poder de expressão muito limitado, até pessoas que se comunicam com desenvoltura, mesmo que utilizem-se de modos incomuns para se expressar. Não raro, possuem o hábito de falar somente de assuntos que lhes despertam peculiar interesse (hiper foco), também podem repetir frases ou palavras de modo frequente e mecânico. (NUNES, p.07).

Dito isso, a formação do professor, independente da área que escolheu trilhar, precisa ter uma atenção voltada para inclusão de pessoas com deficiência. Não se pode esperar que primeiro tenha alunos com TEA ou com qualquer outra deficiência, para depois recorrer a formação. Para além do treinamento de todos os profissionais da educação, é necessário ainda a compreensão de que as escolas devem oferecer salas de educação especializada para atendimento individual durante a escolarização das pessoas com deficiência.

A discussão que esse estudo propõe é antes para que haja reflexão da classe docente diante da necessidade de compreender que a educação é um direito de todos e que precisa acontecer na prática. Para além disso é importante que cada educador compreenda que a formação de um docente é contínua e não se deve estagnar ou deixar de lado o fato de que durante sua atuação será atendido pessoas com deficiências múltiplas.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Tendo em vista que no momento não foi possível fazer uma pesquisa mais avançada, de observação em campo e entrevistas, analisar o que os estudos propõem a respeito da inclusão é um caminho possível para compreender os enfrentamentos e estratégias que possam servir para a inclusão de pessoas com autismo em sala de aula e a partir deles cunhar esta reflexão.

O primeiro fator que se precisa compreender, quanto a inclusão de pessoas com autismo na sala de aula, são os diferentes modos de afetação que cada indivíduo possui e a necessidade de um acompanhamento familiar, escolar e médico. O laudo da criança, adolescente ou adulto com autismo é uma das premissas necessárias para saber a partir de quais pontos o professor

deve se preparar e quais tipos de atenção é necessário ter, visando a adequação da escola e do projeto político pedagógico na perspectiva de atender as necessidades dos discentes.

Assim, uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo, é aquele que garante o acesso ao conjunto sistemático de conhecimentos como recursos a serem mobilizados. (ARANHA, 2004, p.7).

Ainda é recorrente a falta de atenção familiar, quanto a ausência de laudos. Muitas das vezes é durante as aulas que o professor se atenta para o comportamento do aluno e indica acompanhamento médico, outras vezes os pais sabem que há algo diferente e não procuram aprofundar e fazer tratamento ou acompanhamento, porque não conseguem aceitar o fato de ter um filho com deficiência.

É importante salientar que a relação entre família, escola e acompanhamento médico é o que torna possível a integração de alunos autistas na sala de aula. A partir dessa relação o trabalho torna-se mais fluido e a inclusão progride cada vez mais. Reforçar esse ponto é de suma relevância porque não é raro que os pais ainda não consigam aceitar a condição do filho e não colaborem com a educação e introdução do mesmo na sociedade.

Nesse primeiro momento, para melhor compreensão dos diferentes comportamentos apresentados por alunos autistas em sala é que as considerações de FINK (2018), se fazem presentes. Para isso, é importante compreender que dentre os questionamentos em torno da educação inclusiva, incluem repensar a metodologia das aulas, os conteúdos para um melhor desenvolvimento e a formação continuada dos professores, como treinamentos, cursos e especializações acerca da prática pedagógica inclusiva.

Enquanto professora da educação básica, FINK (2016) aponta três tipos diferentes de alunos com autismo aos quais atendia junto com toda a turma. No primeiro caso, era necessário haver socorro médico sempre disponível, pois o aluno tinha convulsão frequentes, podendo morrer asfixiado se não tivesse socorro. No segundo caso, o aluno tinha acessos de estresses inesperado, passando a agredir os colegas de classe e no terceiro, o aluno simplesmente não conseguia interagir com o resto da sala. Ainda nesse ponto, é possível apontar outros comportamentos como gritar ou nunca falar; não conseguir encostar nos colegas de sala; falar exaustivamente; não conseguir focar e etc.

Partindo da premissa de que cada aluno com autismo tem um grau diferente e um modo de manifestar, é de suma importância que o profissional em sala tenha todos os recursos possíveis a seu favor, inclusive a sua própria formação que precisa andar de forma continuada.

Imaginar a sala de aula, com esses três alunos trazidos como exemplos, já é compreender que uma única pessoa não daria conta de conter esses alunos e ainda lidar com o resto da sala – ao levar em consideração a quantidade mínima que cada sala suporta, até trinta alunos, já se pode obter um panorama de como o espaço funcionaria sem nenhum suporte.

FINK (2016), reflete sobre sua atuação nesse espaço, frisando o que lhe desperta o desejo de melhor compreensão do que se trata o autismo, a partir desse contato que teve na prática com alunos autistas. Dentro dessa reflexão ela aponta, sobretudo, a importância da interação da pessoa com autismo e a família, o primeiro espaço que ela precisa interagir socialmente, e como esse contato contribui e muito para seu desenvolvimento.

Pensar a inclusão é compreender que qualquer cidadão poderá desfrutar dos benefícios de ensino que a comunidade escolar oferece, além disso, é dar atenção a parcela da população que possui alguma deficiência e que por muito tempo foram excluídos da sociedade como um todo. Ainda sobre isso FINK (2016) relata:

A inclusão no Brasil passou de um foco excludente para uma visão inclusiva de todos. Em outras palavras, são visíveis na história as práticas de exclusão daqueles que eram ignorados pelo poder público e sociedade. Partindo, do século XVIII, período que se caracterizou por movimentos de exclusão, as pessoas com deficiência foram retiradas do convívio social porque não tinham direitos, nem a sociedade os aceitava, portanto, necessitavam viver reclusos. Relegando-os a uma reclusão de confinamento em tempo integral. (p.11).

A inclusão é antes uma prática social, cultura, educacional, e se detém da população que precisa ser assistida e atendida de modo específico. Hoje em dia é inaceitável a exclusão ou reclusão de pessoas com deficiência, seja ela feita pela sociedade ou pela própria família, ações que infelizmente ainda acontecem neste século, por isso a importância do acompanhamento pedagógico junto aos familiares, é necessário desmistificar que uma pessoa com deficiência é resumida pela sua falha biológica, mas antes compreender que é plenamente possível que elas vivam bem, estudem, trabalhem e constituam família.

No que diz respeito ao processo de aprendizagem, é preciso que o professor estabeleça estratégias e coloque-as em práticas durante as aulas. Ainda sobre o papel da escola e do professor na inclusão a autora aponta:

A escola tem um compromisso com o desenvolvimento dos sujeitos. Nos processos inclusivos vinculados a esses princípios, reside uma grande preocupação com a construção de materiais e a implementação de metodologias de ensino que venham a produzir uma aprendizagem individualizada, levando em consideração as necessidades específicas dos sujeitos, suas potencialidades e desafios. Porém, grande parte das discussões realizadas é centrada nas metodologias de ensino. A inclusão é

tomada como algo natural, como se ela estivesse, desde sempre, aí no mundo (FINK 2016, p. 13, *Apud* HATTGE; KLAUS, 2014, p. 329).

Imaginar um profissional despreparado na sala de aula é entender que o ensino para a toda a turma seria inviável e a completa desordem poderia acarretar na perda dos alunos com autismo. Nesse ponto é que se reforça a importância dos professores qualificados e o seu papel dentro da escola. Para que isso não aconteça é que as LDB's trabalharam em prol da inserção e não mais exclusão de pessoas com deficiências, mais especificamente a LEI Nº 9394/96, que tensiona a discussão em prol desse olhar atento para a diversificação do alunado. Dentre as especificações da Lei estão: mudança de currículo, métodos de aplicação das aulas, recursos educativos específicos, professores com especialização adequada para atendimento especializado a cada nível escolar e superior e educação especial para o trabalho – tornando viável também a sua inclusão no mercado de trabalho, bem como acesso igualitário aos benefícios de programas sociais disponíveis e etc. Além disso a Lei relata:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. §3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (Brasil, 1996)

Mas a Lei por si só não basta, na prática é necessário que haja de fato empenho da comunidade escolar, oferecendo a formação e a preocupação necessária com a qualidade da educação especial. Dentre as estratégias para democratização do ensino e a permanência de alunos com deficiências, está a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM). A obrigação dessas salas é receber os alunos com necessidades especiais no contraturno, tendo em vista que, infelizmente, os professores da classe comum não têm especialização na área, as salas servem para trabalhar unicamente com as deficiências de cada aluno, ajudando-os a desenvolver suas habilidades e melhorar a sua interação social com os demais colegas de classe que não possuem nenhuma deficiência.

A questão é que o treinamento e a existência das salas ainda experienciam enfrentamentos no que diz respeito a sua permanência, qualidade e execução. Nesse ponto, as

considerações de BATISTTI E HECK (2016), reforçam a necessidade desse espaço que foi promulgado por lei, os autores refletem:

De acordo com Brasil (2010) a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades. Dessa forma, quando crianças com algum tipo de deficiência chegam às instituições de ensino devem encontrar materiais adaptados se preciso, professores auxiliares, oportunidade de participação para que seu potencial seja desenvolvido, condições adequadas de estudos e que este seja recebido como qualquer outra pessoa. (p.13).

Para levantamento dos dados da pesquisa citada sobre as SRM, a metodologia proposta pelos autores PASIAN, MENDES E CIA (2016), entrevistou mais de mil professores das SRM, dos quais menos de 10% apontaram estar totalmente aptos para trabalhar com a educação especial, de modo que nem os cursos de treinamento são frequentes e nem a regularidade com a qual são aplicadas.

Entender que essas salas são parte da estratégia das políticas públicas para manter o funcionamento e o atendimento ao alunado da educação especial, parte da compreensão de que a formação do professor precisa ser continuada. Não se pode falar em inclusão, sem entender que é necessário dedicação por parte dos docentes, do sistema educacional, das famílias e dos governantes, para manter tanto o treinamento quanto o funcionamento das leis na prática. É de suma importância lembrar que essa pesquisa foi feita com base nos estudos realizados por teóricos e mediante análise das leis vigentes.

Falar sobre a inclusão de crianças com autismo em sala de aula regular nem sempre é fácil, por vezes gera polêmica e amplas discursões devido à complexidade das características apresentadas quando as mesmas são inseridas no ambiente escolar. A criança com autismo, diante de convívio com outras crianças pode apresentar comportamentos agressivos com os professores e colegas, podendo ocasionar conflitos. Entretanto o professor quando recebe uma criança com autismo em sua sala de aula, sente-se desafiado ao iniciar o processo de inclusão, pois a criança apresenta grande dificuldade em interagir e se comunicar. (BARBOSA; ZACARIAS; MEDEIROS; NOGUEIRA, 2013, p.7).

Além do currículo é necessário que o professor entenda que o aluno com autismo é capaz de aprender e que precisa de meios para que isso aconteça, a metodologia aplicada e os recursos adotados são essenciais. Um dado importante, no levantamento feito pelos autores sobre as SRM, é que dos entrevistados, 32% dos professores se quer conseguem compreender a função dessas salas, mesmo que trabalhem nela. Esse dado é completamente preocupante, pois assim, os esforços empregados para o desenvolvimento da educação especial são em vão. É preciso considerar também que a pesquisa tem um recorte, que leva em consideração em média

mais de mil professores de diversas cidades ou estados que representam a classe docentes da educação especial.

Contextualizar, as elucidações de PASIAN, MENDES E CIA (2016) é trazer à tona, que o problema da educação inclusiva, ainda está em não preparar o corpo docente para o recebimento de alunos com deficiência, o que dificulta a confiança dos pais e cria um distanciamento desses alunos com a escola. Assim concluímos que há alguns problemas frequentes: a) falta de orientação para os professores, o que gera um espaço não estruturado para lidar com as pessoas com deficiência. b) falta de formação continuada; c) profissionais especializados nas áreas. Apesar dessas circunstâncias as SRM, continuam sendo uma estratégia para recepção de alunos com deficiência, podendo colaborar com o desenvolvimento e a democratização de fato de pessoas com deficiência.

As considerações de Battisti e Heck (2015) reforçam a necessidade de adequação e comprometimento escolar e familiar quanto a inclusão de pessoas com autismo no espaço escolar, para que elas possam desenvolver sozinhas as suas atividades, sobre isso os autores refletem:

quando a criança chega à escola os professores devem ter em mente que além de conteúdos escolares a serem aprendidos pela criança é necessário que ele se torne independente, capaz de desenvolver atividades do dia-a-dia por si só, pois muitas vezes os pais realizam tarefas que as crianças poderiam realizar sozinhas. (p.16).

Uma estratégia, que reflito enquanto possível para aplicação de atividades que colaborem com desenvolvimento de pessoas com autismo, são atividades artísticas, que estimulam a atenção, a mobilidade corporal e são capazes de trabalhar o desenvolvimento motor e cognitivo, além disso, dinâmicas que estimulem o campo de concentração desses alunos podem em muito colaborar com o seu progresso e ainda podem ser aplicados para toda a classe e de modo individual durante o momento nas SRM.

Outro fator importante para pensar as estratégias necessárias para a inclusão é a reavaliação do currículo, considerado que este deve levar a autonomia do sujeito, tornando-o capaz de desenvolver atividades do cotidiano, que atue no desenvolvimento da autonomia da criança autista. Pois, quando a escola aplica na prática o que há na teoria, novos conhecimentos e comportamentos passam a ser desenvolvidos no aluno, e assim seus déficits sociais passam a ser ultrapassados e a escola se tornará verdadeiramente inclusiva. (BATTISTI E HECK, 2015, p.20).

Outro espaço que possibilita a integração de pessoas com deficiência e que pode colaborar com os progressos dos alunos autistas é a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), que está em atividade desde 1954 e tem o intuito de receber pessoas

com deficiência intelectual e múltipla e ministrar oficinas gratuitas. Geralmente as cidades oferecem esses serviços. O espaço funciona com a colaboração dos pais e sobrevive também de doações, estão abertos para o recebimento desses alunos, que além das diversas oficinas oferecidas, acompanham os pais e oferecem atendimento médico ao seu alunado.

Pensar em todas as estratégias possíveis para um melhor desenvolvimento do autista, é uma alternativa necessária para que a escola não seja a única a atuar nesses casos, toda ajuda é necessária se há a intenção de ver o aluno/filho se desenvolvendo da melhor forma possível.

Dentro os autores escolhidos para dialogar com o objetivo desse texto, está FINK (2018) que em sua monografia pensa o *Autismo e Educação: possibilidades e estratégias de inclusão*, a partir dessa autora, busca-se estabelecer as estratégias necessárias para acompanhamento e assistência correta para a inclusão de pessoas com deficiência. Dentre os capítulos propostos pela a autora, está a compreensão do que é o autismo ou Transtorno de Espectro Autista (TEA), enquanto professora da educação básica a autora traz a sua consideração e percepções pessoais sobre a vivência com alunos que sofrem com autismo e como lida com a situação. Sua pesquisa tem intuito de contribuir com o entendimento de como se dá a inclusão no ambiente escolar.

Aliada as considerações de FINK (2018), está BATTISTI E HECK (2015), *A Inclusão Escolar de Crianças com Autismo na Educação Básica: Teoria e Prática* é um artigo que busca elucidar como funciona a inclusão de pessoas com deficiências no sistema de ensino. O objetivo da pesquisa é explicar as mudanças decorrentes das políticas públicas e da Política Nacional de Educação Especial, sua transformação e atuação ao longo dos anos, que colaboraram com a melhoria do sistema educacional no que tange a inclusão de pessoas com deficiência, sobretudo o autismo, que é o objeto de pesquisa dos autores.

Para além desses estudos mais específicos, faz-se necessário a compreensão de como funciona o atendimento a esses alunos, assim, as considerações de PASIAN, MENDES E CIA (2016) em seu artigo *Atendimento Educacional Especializado: Aspectos da Formação Do Professor*, explanam sobre um importante programa de inclusão, as Salas de Recursos Multifuncionais, que precisam estar presentes em todas as escolas, sejam elas de rede pública ou não.

Todos os autores selecionados, reforçam o papel do professor frente ao ensino especializado, conceito de autismo e como cada um relata as suas experiências. Tendo em vista, que nesse momento pandêmico seria inviável a observação em sala de aula e a pesquisa de campo, optei por buscar pesquisas que pudessem colaborar com o desenvolvimento desse estudo.

2.2 METODOLOGIA

O método utilizado para o desenvolvimento dessa pesquisa, foi a análise qualitativa, a qual reflete não apenas os textos teóricos cujo as pesquisas se detinham do mesmo tema aqui abordado, mas também o desenvolvimento das autoras deste artigo, enquanto futura profissional da educação. Para melhor estruturação dos objetivos aqui apontados, buscou-se artigos, livros e monografias específicas, que pudessem elucidar a inclusão de pessoas com autismo na escola, como também textos que falassem de modo abrangente sobre a educação especial e/ou inclusiva.

Para compreensão mais profunda do objetivo desse estudo, um dos textos escolhidos para compor a biografia desse artigo, traz em si uma pesquisa quantitativa que elucidada, a partir de dados, a necessidade de reforçar a formação de professores na área da educação inclusiva e reforça a importância do treinamento.

A partir dessas discussões, o texto elaborado foi desenvolvido em 3 principais eixos: o papel do professor na educação inclusiva; as políticas públicas voltadas para educação especial e estratégias de democratização do ensino e inclusão de pessoas com autismo. Assim, compreende-se a importância da formação docente para lidar com a educação inclusiva, o papel das Leis no sistema de educação e a importância do cumprimento das mesmas, por fim os desafios e enfrentamentos por parte do sistema de educação e a melhoria na recepção de pessoas com deficiência.

2.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objeto primordial desse estudo era compreender como funciona a inclusão de pessoas autistas na escola, sendo assim, com o levantamento bibliográfico, foi possível compreender principalmente três questões: a primeira é que independente das políticas públicas para a educação especial, a inclusão de pessoas com deficiência ainda é um desafio para a escola, família e comunidade em geral, levando em consideração que todas as ações demandam responsabilidade mútua do sistema de educação, familiares e comunidade.

O segundo ponto é que ainda que a lei exista para que as SRM funcionem plenamente, ainda é encontrado nesse percurso dificuldades e profissionais que não estão totalmente aptos a lidar com todos os tipos de deficiência. Além dessas dificuldades, também é possível perceber

que essas salas tem as suas potencialidades e tem colaborado muito até então, com a inclusão de pessoas com deficiência.

Em terceiro lugar, conclui-se que a formação continuada do profissional de educação auxilia no papel de incluir os alunos autistas, além da formação, o oferecimento de cursos específicos, por parte do sistema de educação, bem como o investimento em professores com especialização na área colabora com a manutenção das aulas. Outro ponto importante no papel do professor é rever sua metodologia e ter também como recurso um currículo ampliado, que seja antes voltado para a diversidade do alunado.

Como resultado, constata-se que a inclusão de pessoas autistas só pode acontecer plenamente quando contar com toda a rede de apoio, na qual se inclui o sistema de educação, a promulgação da lei, formação continuada dos docentes como um todo e a contratação de profissionais especializados. Acompanhamento pedagógico aliado ao acompanhamento familiar e médico, bem como a colaboração da comunidade em geral.

3. CONCLUSÕES

Com esse estudo, o que se pode apontar enquanto dificuldades nunca deverá ultrapassar todos os esforços que já foram feitos ao longo das décadas para que o ensino fosse democratizado para todos. Por isso, ainda há muito caminho pela frente para que a educação especial tenha manutenção e atendimento pleno no Brasil, o que, no entanto, pode ser feito com reparos na base curricular, na formação de professores, com atenção familiar e atendimento médico aliadas nessa luta de resistência para que a educação de fato seja para todos na prática e não só na teoria.

As dinâmicas de estratégias de inclusão como redirecionamento de atividades específicas nas Salas de Recursos Multifuncionais, assim como a mudança de currículo e de metodologia, por parte do professor, pode em muito colaborar com o desenvolvimento da pessoa com autismo e com sua inclusão, de modo seguro na escola. Ainda sobre isso Battisti e Heck (2015) discorrem:

As escolas brasileiras também vêm sofrendo, grandes dificuldades como a falta de recursos e despreparo dos professores, o que pode afetar a permanência das crianças com deficiência na educação. Porém, segundo Brasil (2012, p. 10), nem sempre a falta de recursos de acessibilidade está relacionada à questão financeira, pois o professor pode utilizar recursos simples e conseguir garantir o acesso de seu aluno na aprendizagem. (p.12).

Por isso a necessidade da reflexão sobre o papel do professor na inclusão de alunos autistas, não só o professor da classe comum, mas também o papel do docente da educação especial. Também é essencial refletir sobre as condições do sistema de educação brasileiro, frente as pautas inclusivas, bem como a compreensão da vigência das políticas públicas, que há muito tempo lutam para que o ensino não seja mais um espaço de exclusão e sim, como pretendem, democratizado e preparado para a recepção de todos.

É de suma importância efetuar as estratégias metodológicas para que o desenvolvimento educacional ocorra, como por exemplo a Sala de Recursos Multifuncionais, que funcionam exclusivamente com intuito de receber pessoas com deficiência devem estar presentes em todas as escolas, particulares ou públicas. Bem como, profissionais capacitados e cientes de seu papel na sociedade, e empenhados na efetivação da inclusão no âmbito escolar.

Analisar o papel do docente, pode trazer melhorias na sua prática pedagógica quanto a metodologias específicas para lidar com pessoas autistas e com deficiências múltiplas. Desse modo, as intervenções externas no processo de inclusão no ensino, devem prestar serviço continuado; como cursos, formações, especializações na área da educação inclusiva. De fato, a escola contribui para o desenvolvimento do discente, seja no processo de socialização, comunicação e até mesmo comportamental, garantindo a inclusão do aluno e propiciando uma aprendizagem significativa e prevista na lei.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Salete Fábio. **Educação Inclusiva: A Escola**. Brasília, 2004, P.7
- BARBOSA, Amanda Magalhães; ZACARIAS, Jaqueline da Cruz; MEDEIROS, Kesia Natália; NOGUEIRA, Ruth Kesia Silva. **O PAPEL DO PROFESSOR FRENTE Á INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO**. Curitiba, 2013. P.7,9
- BATISTTI, Aline Vasconcelos. HECK, Giomar Maria Poletto. **A inclusão escolar de crianças com autismo na educação básica: teoria e prática**. Trabalho de conclusão de curso, Licenciatura em Pedagogia – Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Chapecó, 2015.
- BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Capítulo V. da Educação Especial. 1996.
- CIA, Fabiana. MENDES, Enicéia Gonçalves. PASIAN, Maria Silva. **Atendimento educacional especializado: aspectos da formação do professor**, 2016.
- FINK, Isabel Cristina. **Autismo e educação: possibilidades e estratégias de inclusão**. Trabalho de conclusão de curso, Licenciatura em Pedagogia – Universidade do Vale do Taquari, (Univates). Lajeado, 2018.

KHOURY, Lais Pereira. Manejo comportamental de crianças com Transtornos do Espectro do Autismo em condição de inclusão escolar. São Paulo, 2014, P. 6; 9; 15

NUNES, José Albino. Conhecendo o transtorno do espectro autista. João Pessoa, 2017, P. 5;7.